

## **A criação do Parque Nacional das Araucárias no meio oeste catarinense e a educação ambiental**

**Sarue Brunetto**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

saruebrunetto13@gmail.com

**Samira Peruchi Moretto**

Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

### **Introdução**

A História Ambiental surge com o intuito de responder às aspirações da sociedade por querer saber mais sobre o impacto humano na natureza ao longo do tempo, buscando alternativas ou aprendizado do passado que possam ser úteis para os problemas ambientais. Os historiadores ambientais buscam entender os aspectos ecológicos do contexto histórico para perceber como os processos históricos tiveram interferência das questões ambientais (Silva *et al.* 2015).

O historiador em sua profissão o que se torna pertinente é elaborar uma análise das transformações, entender a complexa relação dos seres humanos com o mundo natural, com o ecossistema. A História Ambiental com o trabalho transdisciplinar e a utilização das mais diferentes fontes possíveis para alcançar o objetivo da mesma. Muitas das fontes usadas não são novidades para a História, entretanto, necessitam ser revistas para colaborar com a História Ambiental. “De fato, boa parte do material da história ambiental está disponível há gerações, talvez há séculos, e agora está sendo apenas reorganizado à luz das experiências recentes” (Worster, 1991, p.4).

A História Ambiental vai compreender as diferentes particularidades físicas e ecológicas da região estudada, mas não deixa de lado a questão cultural, social e política da mesma “Com essa a história ambiental revela ligação também com a história regional, pois focaliza processos sociais (e naturais) geograficamente circunscritos, embora tipicamente os limites dessas áreas sejam naturais, e não sociais ou políticos” (Drummond, 1991 p.181).

Segundo Pádua (2002), os pensadores brasileiros do século XVIII e XIX, enfatizavam a importância dos recursos ambientais para o progresso nacional, defendendo seu uso responsável. Valorizavam os recursos naturais como fundamentais para o desenvolvimento do país, destacando a necessidade de gestão cuidadosa. A pesquisa do autor revela que, entre 1800 e 1902, 55 intelectuais brasileiros, incluindo José Bonifácio e Joaquim Nabuco, contribuíram significativamente para o de-

bate sobre questões socioambientais, como desmatamento, erosão e mudanças climáticas, demonstrando uma preocupação precursora com o meio ambiente.

Nessa perspectiva, a região oeste de Santa Catarina passou por uma acentuada mudança no que se refere aos tipos de vegetações, principalmente durante o século XX, quando a ocupação dessa região se intensificou trazendo um novo cultivo e novas fontes econômicas, principalmente relacionadas a extração da madeira associada a instalações de madeireiras e as mudanças nas culturas agrícolas.

A Floresta Ombrófila Mista, popularmente conhecida como Floresta de araucárias, no princípio atingia cerca de 200.000 km<sup>2</sup>, ou seja, ocupava aproximadamente 37% do Estado do Paraná, 25% no Rio Grande do Sul e 31% em Santa Catarina, um total de 40.807Km<sup>2</sup>, isto é, 42,5% da vegetação do Estado de Santa Catarina. Na atualidade, permaneceu em torno de 4% do total da floresta de araucária (Nodari, 2011).

Através dos dados apresentados, observa-se que a floresta com araucárias predominava em grande parte da região sul, oferecendo a subsistência para os povos que viviam nessa região, contudo, a vasta extração da madeira, prejudicou as pessoas que sobreviviam do sustento da floresta, ficando à mercê da imposição de uma nova cultura trazida pelos colonizadores, mas também impactou na biodiversidade de espécies da fauna e da flora que habitam esses espaços.

Essa pesquisa tem como objetivo compreender os motivos que levaram a criação da unidade de conservação Parque Nacional das Araucárias nos municípios de Passos Maia e Ponte Serrada - SC por meio de um estudo bibliográfico, análise de documentos e entrevista com os técnicos do parque. E também analisar o processo de educação ambiental realizado pelo PNA.

## **Resultados e discussões**

Nessa perspectiva, nas localidades de Passos Maia e Ponte Serrada, no início do século XX, começa um processo migratório de colonos que vinham principalmente do Rio Grande do Sul com o intuito de explorar especialmente a floresta no sentido de retirar a madeira e para utilização das terras para produção agrícola, para tanto o desmatamento começa em grande escala.

De acordo com a Nodari (2011) às companhias colonizadoras faziam propagandas para que os colonos italianos em sua maioria, viessem para essa região, com a promessa que teriam terras férteis, baratas e que a região contava com serrarias, escolas, casas comércio, telégrafo, igreja com o intuito de povoar e explorar essa região, que possuía uma grande floresta de Araucária.

A grande propagação das terras e do trabalho facilitou a extração da madeira e a devastação da floresta embora já existia legislação que regulamenta a retirada, ela não era respeitada, devido a imensas áreas e a falta de fiscalização. Outro fator era a falta de conscientização da população, pois a economia da região girava em torno das madeiras e justificava seus atos.

Em 1970 houve uma redução no número de serrarias, isso ocorreu devido ao processo de redução das reservas florestais, com o maior controle pela legislação florestal, tanto do Governo Federal e Estaduais. Porém, isso não significou o fim do desmatamento. Outras causas do desmatamento a partir de 1970 se fizeram presentes, aponta-se o desmatamento relacionado à expansão da monocultura de pinus e eucaliptos, praticada por empresas madeireiras, de papel e de celulose. Também se salienta, atualmente, uma das razões a implantação de assentamentos rurais de reforma agrária que foram criados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) em áreas de florestas, em que os mesmos muitas vezes retiravam a madeira para criação de gado e plantação agrícola. Observa-se também que o proprietário desapropriado recebia autorização para retirada de madeira, antes de entregar a área para os assentamentos. (Nodari, 2012 p.256)

Com as grandes devastações ocorrendo, inicia-se discussões para a necessidade de fazer o reflorestamento, e que o replantio deve ser repensado por todos principalmente por quem estava fortemente destruindo. A imprensa da época alertava para a necessidade de pensar nos filhos e nos netos (Nodari, 2011).

De acordo com Ezequiel de Moura (2008), o Brasil considerou uma estratégia para a conservação da biodiversidade que foi as Unidades de Conservação (UCs), mas está política muitas vezes tem algumas limitações, como debate com a sociedade e fiscalizações efetivas para proteção da biodiversidade.

Para entender o processo da criação da Unidade de Conservação, analisaremos a legislação, os relatórios da Premavi, ICMBio e entrevistas dos moradores. Analisar o processo histórico da retirada da mata nativa e colonização italiana nesta região.

No Brasil, atualmente existe em torno de 2% a 5% da área original da Floresta Ombrófila Mista (FOM), somente 0,7% podem ser considerados como áreas primitivas, as chamadas matas virgens. Isso demonstra como essa floresta está ameaçada de extinção e a grande perda da biodiversidade. Em Santa Catarina a FOM, permaneceu entre 1% e 2% da área original do Estado, demonstrando a grande devastação da floresta no Estado ( Nodari, 2012 p. 258).

Tendo em vista esses dados e as fontes históricas, revelam que Unidades de Conservação em áreas da FOM, são responsáveis pela preservação dos remanescentes das florestas, porque podemos

perceber que as áreas fora delas continuam sendo desmatadas. No Estado de Santa Catarina foram criadas seis unidades de conservação federais e três estaduais. Em 2005 foi criada pelo Governo Federal, duas Unidades de Conservação, a Estação Ecológica da Mata Preta e o Parque Nacional das Araucárias, em que são considerados símbolos de preservação das florestas com araucárias, mostrando para a região o quanto é importante a preservação para o ecossistema e para sociedade (Nodari, 2012 p.259).

O Parque Nacional das Araucárias situado nos Municípios de Ponte Serrada e Passos Maia SC, constituído por uma área de 12.841 hectares, preserva os ambientes naturais ali existentes com destaque para os remanescentes da Floresta Ombrófila Mista. Por ser uma UC federal, ficou sob responsabilidade do IBAMA. A partir de 2007, o ICMBio assumiu a gestão e atualmente possui um analista ambiental alocado na regional de Chapecó responsável pelo Parque. (MOURA, 2008)

A efetivação do Parque ocorreu com grandes embates entre ambientalistas, o poder econômico local e a sociedade civil, essa última influenciada pelo poder econômico, que propagou muitos boatos sobre a reserva ambiental. Nesse sentido, como a opinião pública foi consultada pela equipe técnica que conduziu os estudos somente nos momentos de consulta pública formal, mais no final do estudo, isso levou a muitas polêmicas e informações falsas a respeito dos objetivos, limites e categorias das UCs, gerando uma grande aversão à criação do Parque (Moura, 2008).

Como vimos nos capítulos anteriores, o processo de desmatamento da FOM, teve consequências graves na fauna e flora. Nesse sentido, o PNA, enfrentou desafios ambientais significativos, um dos problemas foi a quase extinção local nos anos 80 do papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*). Atualmente, classificada como 'Em Perigo' pela IUCN, a espécie *Amazona vinacea*, ícone da Floresta de Araucária, enfrenta risco crítico, com apenas 2% da cobertura original remanescente. Esse pássaro é altamente cobiçado pelo tráfico ilegal de animais devido à sua beleza singular, caracterizada por penas roxas no peito e vermelhas no bico.

De acordo com a entrevista com os técnicos do ICMBio eles realizam parcerias com instituições e ONGs, com objetivo de promover iniciativas de educação ambiental e de preservação da fauna e da flora na região que compreende o PNA. Nesse sentido, desde 2010 se iniciou um projeto papagaio-de-peito-roxo no Parque Nacional das Araucárias. Segundo os organizadores do projeto Espaço Silvestre SC, já reabilitou e liberou 500 indivíduos da espécie *Amazona vinacea* (papagaio-de-peito-roxo) e monitorou 250 aves no Parque Nacional das Araucárias, contribuindo para a reintrodução da espécie na região. Promove também desenvolvimento socioeconômico local através de educação ambiental e geração de renda.

Outro projeto que a ONG Silvestres SC tem feito com a população que mora nos municípios que compreende o parque, é o Vem Passarilhar que tem como objetivo integrar as pessoas com o mundo natural para fomentar, assim, a conservação e proteção da biodiversidade local. Eles desenvolvem eventos de observação de aves tanto no PNA, como nas praças das cidades.

### Considerações finais

A partir das análises de documentos podemos perceber que a discussão para preservação das matas e a implementação de áreas para a preservação começou a ocorrer no início do século XX, mas sua efetivação só aconteceu com as legislações criadas no ano 2000, nessa conjuntura surgem os Parques Nacionais da Floresta Ombrófila Mista.

De acordo com Moura (2008) a criação da Unidade de Conservação foi questionada pela sociedade, por parte da mídia, e principalmente pelas principais lideranças políticas do Estado, demonstrando que o que estava em jogo eram somente interesses econômicos, não levando em conta a questão do ecossistema. Por outro lado, vários outros grupos sociais fizeram campanhas a favor da criação das UCs na FOM, com destaque para as ONGs ambientalistas como a Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (APREMAVI).

Houve muitos embates da sociedade contrários à criação do PNA, porém com o debate e conscientização o mesmo foi implementado, mas ainda a grande maioria da área não foi desapropriada e há um grande desafio no processo de conscientização, de educação ambiental da sociedade regional da importância ambiental do parque e a preservação ambiental.

### Referências

CAMPANILI, Maura; PROCHNOW, Miriam. Mata Atlântica – uma rede pela floresta. Brasília. RMA, 2006.

DRUMMOND, José Augusto. **A História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

MEDEIROS, João de Deus; GONÇALVES, Marco Antonio; PROCHNOW, Miriam; SCHAFFER, Wigolg B. Floresta com Araucárias – um símbolo da Mata Atlântica a ser salvo da extinção. Rio do Sul; Apremavi, 2004.

MOURA, Ezequiel Antonio de. **Interfaces entre Unidades de Conservação e Reforma Agrária: Um estudo de caso sobre o Parque Nacional das Araucárias e assentamento Zumbi dos Palmares, Passos Maia - SC. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas, Florianópolis, 2008.**

MORETTO, Samira Peruchi. Ampliando fronteiras: viajantes e as florestas catarinenses no século XIX. In: SCHMITT, Ânderson M; WINTER, Murilo Dias (Org.). **Fronteiras na história: atores sociais e historicidade na construção do Brasil meridional (séculos XVIII-XX)**. UFFS, Chapecó, 2021.

MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

NODARI, Eunice Sueli. Unidade de conservação de proteção integral: solução para a preservação? Floresta com araucárias em Santa Catarina. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 96-117, ago. 2011.

NODARI, Eunice Sueli. “Mata Branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (org.). **História Ambiental e Migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da fronteira sul**. UFFS, Chapecó, 2015.

SILVA, Claiton Marcio da; BRANDT, Marlon; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Uma história ambiental da fronteira sul: campos, florestas e agrossistemas. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da fronteira sul**. UFFS, Chapecó, 2015.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história.  **Ambiente e Sociedade**, v. 5, n. 2, ago/dez. 2002.